

## Relatório do Workshop- V Fórum da Internet no Brasil

### 1. Informações básicas sobre o Workshop

**Título:** Convergindo Vozes Feministas Dissidentes: o que elas têm a dizer sobre gênero, empoderamento, política e internet

**Tema:** Gênero, inclusão digital, diversidade, inteligência artificial

**Formato:** painéis, aula-aberta e mesas redondas

**Proponentes e Coproponentes:** Organização do terceiro setor, organizações governamentais e comunidade científica e tecnológica

### **Palestrantes ou debatedores( as):**

1-

- Nome: Camila Vilela
- Gênero: feminino
- Cidade-UF: São Paulo/SP
- Organização: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa(FDUL)
- Setor: Comunidade científica e tecnológica
- Minibiografia: Advogada no Molina Advogados, mestranda em Direito Intelectual pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ( FDUL), pós-graduada em Direito Público pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES/UNITA (2016). Cofundadora do Projeto Bússola e do Capítulo do Legal Hackers Lisboa, membro associada à Associação Portuguesa de Direito Intelectual(APDI). Atua nas áreas de Proteção de Dados, Privacidade e Propriedade Intelectual.

2-

- Nome: Sandra Lurine
- Gênero: Feminino
- Cidade-UF: Belém/PA
- Organização: Faculdade Ideal( FACI/WYDEN)

- Setor: Comunidade científica e tecnológica
- Minibiografia: Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2016). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (2000), graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2004), graduação em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2017), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professora da Facci Wyden, membra do grupo de pesquisa Filosofia política: investigação em política, ética e direito (CNPq) Tem experiência na área de Filosofia e Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito de família, direitos humanos, feminismo, gênero, filosofia política e violência contra a mulher.

3-

- Nome: Christine Albiani
- Gênero: feminino
- Cidade-UF: Salvador/ BA
- Organização: OAB/BA
- Setor: Empresarial
- Minibiografia: Advogada. Graduada em Direito pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - Ibmecc RJ - com láurea acadêmica Summa Cum Laude. Pós-graduada em Direito Tributário e em Direito Processual Civil pelo Curso Fórum e Universidade Cândido Mendes. Autora do livro "Violação de direitos autorais e responsabilidade civil do provedor diante do Marco Civil da Internet". Integrante do 3º Grupo de Pesquisa do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio) que teve por objetivo explorar o impacto da Inteligência Artificial. Autora de diversos artigos jurídicos publicados em jornais de grande circulação, como o Jornal Estadão do Estado de São Paulo. Atualmente cursando MBA em Gestão Tributária pela USP e Pós-graduação em Direito Digital pelo Instituto New Law

4-

- Nome: Adriana Helena Moraes
- Gênero: Feminino
- Cidade-UF: Belém/PA
- Organização: Comissão de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia- PA/AP
- Setor: Terceiro Setor
- Minibiografia: Vice- Coordenadora da Comissão de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia Pa/AP e Membro do Anpsinep (Articulação Nacional de e Psicólogas/os Negras/os Pesquisadores). Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social na Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPa) Possui Graduação em

Psicologia pela Universidade da Amazônia (2001). Pós-Graduação em Saúde Pública pela Universidade do Estado do Pará. Possui experiência de doze (12) anos na docência Superior, atuando como professora na Universidade do Estado do Pará nas disciplinas com ênfase em Psicologia da Educação, da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano, bem como, nas áreas Organizacional e do Trabalho, Psicologia Hospitalar e Saúde Pública.

5-

- Nome: Samilly Valadares Soares
- Gênero: feminino
- Cidade-UF: Belém/PA
- Organização: Projeto Perpetuar
- Setor: Terceiro Setor
- Minibiografia: Quilombola. Membro Comissão de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia Pará e Amapá. Coordenadora do Projeto Perpetuar (fortalecimento da identidade, ancestralidade e territorialidade quilombola por meio da educação, arte e cultura). Embaixadora da Juventude pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime-UNODC. Psicóloga, graduada pela Universidade Federal do Pará (2018). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica e atuação na área de Psicologia escolar educacional. Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Escola Superior da Amazônia-Esamaz. Graduanda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Pará.

6-

- Nome: Pietra Bastos
- Gênero: Feminino
- Cidade-UF: Belém/PA
- Organização: Liga Acadêmica de Direito do Trabalho e Seguridade Social (LADITS)
- Setor: Terceiro Setor
- Minibiografia: Litigante na Liga Acadêmica de Direito do Trabalho e Seguridade Social (LADITS); Integrante do Grupo “She for Law” (LAJUPA). Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA).

**Relator(a):** Ricardo Moura, gênero masculino, Belém/PA, ONG Inclusão Tecx, terceiro setor. Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Controle Externo pela UNINOVE/SP. Especialista em Populações Indígenas da Amazônia pela Universidade Federal do Pará(UFPA). Graduado em Direito(FACI-WYDEN). Integrante do 3º Grupo de Inteligência Artificial e Inclusão- ITS/RJ. Cofundador da ONG Inclusão Tecx

**Moderador (a):** Sara Suliman, gênero feminino, Belém/PA, Universidade Federal do Pará, Comunidade científica e tecnológica. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPA. Mestra em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (2011). Atualmente é

professora substituta do curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará. Tem experiências em pesquisas nas áreas de História do Indigenismo, História do Império brasileiro e História das missões religiosas na Amazônia no século XIX, Capuchinhos italianos no Brasil, Saúde e doenças em espaços de missão, Racismo científico brasileiro e relações étnico-raciais.

## 2. Estruturação do Workshop

### **Objetivos e resultados:**

Objetivos e resultados: (i) Analisar conceitos basilares sobre diversidade, gênero, políticas públicas e internet; (ii) Debate sobre as epistemes e categorias do feminismo no contexto das novas tecnologias, propiciando uma discussão com o objetivo precípua da participação efetiva de mulheres negras/indígenas; (iii) Oferecer uma discussão sobre justiça restaurativa e violência de gênero; (iv) Apresentar questões acerca dos atravessamentos entre Direito, Inteligência Artificial e racismo no contexto da Covid-19; (v) Discussão sobre violência cibernética contra mulheres trazendo a lume um amplo debate acerca dos direitos humanos, liberdade e inclusão; (vi) Desenvolver os conhecimentos acerca da importância da inclusão digital, favorecendo o acesso às políticas de informação para o empoderamento de mulheres; (vii) Potencializar o processo de apropriação dos princípios e diretrizes de promoção da igualdade de gênero, assim como a apresentação dos principais programas governamentais voltados para o combate à violência de gênero ambiente virtual/real.

**Relevância/ justificativa para a governança da internet:** Os debates trouxeram inúmeras discussões de como Poder Público e a Sociedade Civil, começando a repensar de modo aprofundado às relações de diversidade e gênero, sua relação com as TIC. No entanto, no cerne dos debates foi aprofundado o enfrentamento da violência cibernética/digital. Dessa forma, as atividades buscaram desenvolver o debate de temas relacionados à diferença sexual, capacitação profissional/digital, a vulnerabilidade das mulheres na rede e Inteligência Artificial e racismo em tempos de Covid-19. Nas discussões trazidas pelo workshop ficou evidente que a apropriação crítica da cidadania de mulheres perpassa pelo acesso à internet e obtenção de direitos, rompendo com uma dialética misógina/ patriarcal a que inúmeras mulheres ainda hoje estão submetidas. Somando a isso, outra tarefa fundamental do workshop foi a relação do fortalecimento dos direitos humanos com ferramentas digitais que auxiliem a repensar às relações de gênero e discriminação racial, sendo que o 10º Fórum da Internet no Brasil na perspectiva das/dos participantes foi *locus* privilegiado para o debate da desigualdade/ exclusões de gênero e equidade. Nota-se que participação de mulheres no acesso às tecnologias é um dos maiores instrumentos que deve ser trabalhada no debate da Governança da Internet, tendo em vista o reconhecimento/afirmação dos direitos humanos e das diversidades existentes entre as pessoas. A partir do acesso às TIC é possível incluir uma grande parcela da população feminina no desenvolvimento social/político/econômico, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania, demandando ações e serviços preventivos que consigam atrair essas mulheres na perspectiva de um projeto de vida, para a reversão da situação de marginalização e exclusão.

### **Metodologia**

Adotamos a metodologia de formação de mesas redondas composta no máximo de 4 painelistas com a participação do moderador. O papel do moderador foi fundamental para a condução dos debates, trazendo questionamentos dos/as participantes e considerações sobre a temática. Priorizamos a participação de mulheres de diferentes setores, em especial pesquisadoras e militantes/ativistas do Terceiro Setor e da comunidade acadêmica e científica. A programação foi idealizada através de construção coletiva/colaborativa. A execução do workshop Convergindo Vozes Feministas Dissidentes: o que elas têm a dizer sobre gênero, empoderamento, política e internet foi

composta de três eixos temáticos: contextualização; ação/reflexão e organização, nos quais trabalhamos com a problemática: é possível hoje afirmar que a democratização das tecnologias e a Inteligência Artificial podem contribuir para reestruturar assimetrias de poder existentes entre gêneros e minimizar desigualdades/exclusões? Adotamos uma metodologia dialógica de sensibilização capaz de ouvir as autoras/autores sociais, propiciando importantes discussões sobre políticas públicas de informação digital no trato das questões de gênero, primando pela desenvolvimento de temáticas pudessem clarificar as categorias e epistemes gênero, política e internet, e sua intersecção com diversidade étnico-racial; Discussões com a perspectiva de identificar as interdições, os preconceitos, o machismo, o racismo e a homofobia através da utilização da Inteligência Artificial, apresentando possíveis soluções (propostas), ou seja, estimulando a análise de um novo contexto social/político/digital, engendrado pelas tecnologias na conjuntura da Covid-19.

### **Síntese dos debates:**

Camila Vilela: Advoga que a capacidade de utilização das TIC é fundamental para as mulheres. O painel visou evidenciar as políticas públicas de gênero e as políticas de informação e a sua relação com a violência contra as mulheres no ambiente cibernético como forma de violação dos direitos humanos e fundamentais. Busca-se uma discussão sobre a inclusão feminina e representatividades em espaços virtuais. Situa os participantes no debate da inclusão digital e sua importância para a apropriação das novas tecnologias pelas mulheres.

Sandra Lurine: defende que é preciso pensar na Justiça Restaurativa como uma via alternativa ou mesmo complementar ao alternativo nos casos de violência contra a mulher. O painel visou dar ênfase aos ciclos restaurativos para a promoção da igualdade de gênero. A Justiça Restaurativa é uma alternativa para a questão da judicialização da violência contra a mulher porque ela também traz o enfoque no agressor, prevenindo que o agressor reproduza uma violência intergeracional.

Adriana Helena: destaca que racismo sempre será uma barreira para negros, a panelista discute o termo dissidência como movimento de luta e uma forma das mulheres pretas transpor barreiras e alcançar posições de prestígio social. As relações sociais/educacionais econômicas ainda apresentam um olhar branco, racista e sexista. Pensar nas vozes dissidentes é pensar nas estruturas sociais, pois as mulheres pretas não são 3% no ambiente acadêmico, e isso se agrava com as pesquisas que apontam que as mulheres negras são as maiores alvos de ataques na internet.

Christine Albiani: advoga que é inegável o papel de protagonismo da Inteligência Artificial principalmente na área da saúde e da medicina. Christine debate os desdobramentos do Direito, IA e reafirmação de práticas racistas. Uma discussão que coloca em evidencia a temática da ética e da moral. É preciso erradicar práticas de preconceitos através da denominada “discriminação algorítmica”. No entanto, apesar das inovações trazidas pela IA, verifica-se no diálogo da Inteligência Artificial e Direito, a necessidade de rever valores éticos na criação de novas tecnologias para garantir que a IA não exacerbe os desequilíbrios de poder existentes, sendo que estes têm reflexo direto nas relações de gênero. Com as transformações ocorridas no contexto da Covid-19 observou-se, que as tecnologias também inferem nas relações étnico-raciais através da “imagem de controle”. Há casos de sujeitos racializados são visto pelos vieses algoritmos como elementos suspeitos, pois assemelhando-se a de seres humanos em que há perpetuação de padrões de reconhecimento facial eurocêntrico/patriarcal/misógeno, dessa forma contribuindo para acirrar as desigualdades materiais/racias/gênero. No contexto da Covid-19, sobretudo na realidade brasileira nos deparamos com inúmeras dificuldades de acesso às tecnologias, e até mesmo do acesso à justiça, para a garantia do reconhecimento de direitos fundamentais. Uma nova realidade definida pela IA precisa prever os efeitos negativos da IA, com o objetivo precípua de enfrentamento às discriminações sociais/étnicas/digitais.

Samilly Valadares destaca que falar sobre a “perspectiva das diferenças” e identidades quilombolas remete a oportunidade de acesso, a luta de acesso à terra para os quilombolas que vai mobilizar todas as outras lutas. Identifica o conceito simbólico de territórios. As mulheres são territórios múltiplas, que se expressam com enorme potencialidade. O território da internet que se apresenta como um instrumento/palco para embates e resistências quilombolas e indígenas. Concluiu afirmando que as demandas negras são negligenciadas por conta do racismo e sexismo, e nesse contexto de Covid-19 tivemos a amplitude das desigualdades/exclusões.

#### Resultados:

O presente Workshop possibilitou a interlocução de saberes e vivências, fomentando a inserção das participantes em espaços de vozes dissidentes, promovendo ambientes de troca, acolhimento e experiências, fazendo com que o conhecimento produzido no âmbito do 10º Fórum da Internet no Brasil possa contribuir de forma decisiva para empoderamento e protagonismo de mulheres negras/indígenas. No entanto, também estimulando dessa forma, a participação no ciberespaço, através de um conjunto de articulações com Entidades, Fóruns e Redes, por meio de atividades alicerçada na igualdade de gênero, na ação ativa de mulheres negras e indígenas de forma significativa.